



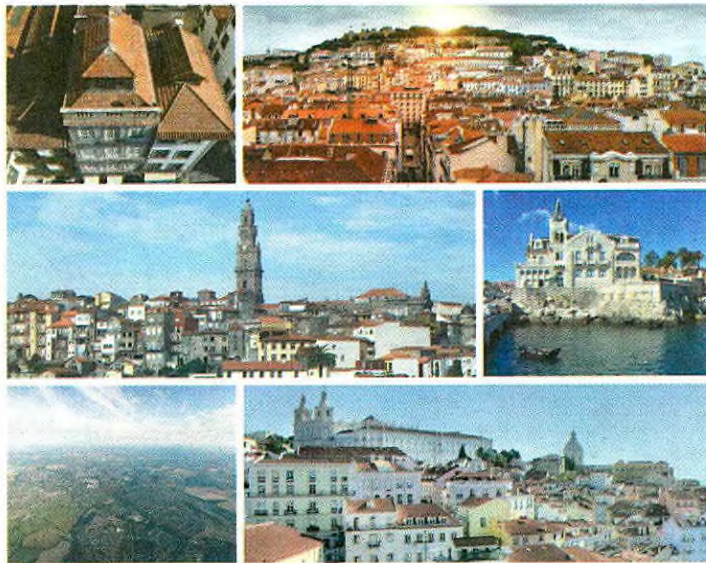
# Impostos excessivos penalizam o custo da habitação

[ AICCOPN ]

“**A** importância do Investimento em Construção é indiscutível para o crescimento sustentado da economia, mas os dados do PIB, revelados há poucos dias pelo INE, indicam claramente que é necessário reforçar a confiança dos investidores e a competitividade das empresas e do país e isso passa, desde logo, por corrigir as distorções fiscais que incidem sobre o imobiliário e, em particular, sobre a habitação”, afirma Reis Campos, presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas.

No 2º trimestre, o PIB registou um crescimento de 1,8%, com o investimento em construção a aumentar 8,5%. “É um contributo decisivo para uma trajetória positiva num contexto que é, como todos sabemos, de agravamento dos riscos macroeconómicos, mas é preciso garantir condições para que, a exemplo do que se passa na restante Europa, as empresas possam continuar a desempenhar o seu papel”, refere Reis Campos.

O dirigente recorda que “com o investimento público abaixo de todas as expectativas, o investimento privado tem, quase exclusivamente, suportado a atividade das empresas, num contexto de atratividade na-



cional e internacional do imobiliário português e do bom momento que o país atravessa ao nível do turismo e da reabilitação urbana,

mas as empresas e investidores precisam de um clima de confiança e, acima de tudo, de ciclos político-partidários que não colo-

quem em causa a estabilidade da atividade empresarial”.

O presidente da AICCOPN salienta que “todos os partidos defendem mais habitação a custos acessíveis, pelo que o atual debate político é o momento para se assumirem posições claras, assegurando que o investimento privado continuará, em grande medida, a suportar o nosso crescimento económico”.

“Impostos como o Adicional ao Imposto Municipal de Imóveis (AIMI), a que se soma ao IMI das Autarquias e a tributação dos stocks de habitações para venda detidas pelas empresas do setor, são dois exemplos flagrantes de impostos no imobiliário que têm de ser eliminados porque penalizam, sobretudo, o custo da habitação para a classe média e as empresas que investem no interior do nosso país”.

“A confiança é fundamental para assegurar o investimento e, consequentemente, a coesão territorial e social pelo que, no âmbito da campanha eleitoral que estamos agora a atravessar, os partidos têm de ser capazes de apresentar medidas concretas. Alargar a reabilitação urbana a todo o país ou a criação de um verdadeiro mercado do arrendamento, à semelhança do que se verifica na maioria dos países europeus, são questões a que a fiscalidade incidente sobre o imobiliário não pode continuar indiferente”. //